

ELEIÇÕES / Candidatos à Presidência buscam composição com nomes discretos, que sejam apenas substitutos eventuais. Mas, na política brasileira, várias vezes esse plano não deu certo

A delicada escolha do vice

» ISRAEL MEDEIROS

Marcos Corrêa/PR



Bolsonaro avisou que não pretende ter Mourão como vice em 2022. Quer alguém mais apagado

Julien de Rosa/ AFP



Lula deu a entender que trabalha com a hipótese de reeditar uma chapa como a de 2002

Menos de um ano das eleições, as conversas sobre a definição de vices de chapas na disputa à Presidência tira o sono dos pré-candidatos. Primeiro e segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) já disseram, meses atrás, que procuram alguém que não tenha pretensão de atrapalhar-lhes a vida. E há razões de sobra para tal preocupação: na história da política brasileira, os vices, que teoricamente seriam personagens com estreito alinhamento com o chefe da Nação, assumiram protagonismo em vários momentos de crise institucional (veja quadro ao lado).

O petista vem dando a entender que pretende reeditar, para 2022, uma chapa semelhante à de 2002, tendo ao lado um nome de perfil mais conservador, de centro, com bom trânsito na direita e aceito pelo empresariado — 20 anos atrás, o nome que quebrou as resistências ao petista foi o do empresário do ramo têxtil José Alencar, seu vice por oito anos. Nas últimas semanas, o nome que tem sido ventilado é o de Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo que foi candidato à Presidência pelo PSDB duas vezes.

A desconfiança com o nome de Alckmin dividiu petistas e partidos que pretendem se aliar à candidatura de Lula. Isso se deve, principalmente, ao perfil do tucano e ao trauma com Michel Temer, que sucedeu Dilma Rousseff, que sofreu um processo de impeachment.

O deputado Afonso Florence (PT-BA), vice-líder da oposição na Câmara, no entanto, garante que não há trauma no PT com relação à escolha de vice. O partido, segundo ele, ainda não sentou para definir qual será o nome porque é cedo e diversos fatores devem ser pesados antes da escolha.

“Até agora, a movimentação de nomes que podem lançar pré-candidatos é em torno da cabeça de chapa, até porque a consolidação de federações ou candidaturas avulsas sem federação é que vai dizer a possibilidade de vice”, pontuou. Florence afirmou que a tendência é que a escolha seja feita com base na afinidade ideológica. Disse, ainda, que o partido não terá preconceito e que não importa se o nome virá da classe trabalhadora ou do empresariado.

Já o deputado federal Israel Batista (PV-DF) crê que o impeachment de 2016 não deve alterar tanto a escolha do perfil para o vice. “O candidato a vice é alguém que

complementa o candidato à Presidência. O que faz o vice almejar a cadeira presidencial pode ser uma dificuldade de relacionamento do presidente com o Congresso e a opinião pública. Um presidente que seja perito no diálogo não leva tanto em consideração essas questões, vai procurar alguém que tenha competência”, afirma.

Para o cientista político André César, da Hold Assessoria, a aproximação de Lula e Alckmin é apenas teatro. “Essa conversa é útil a todos. Para o Lula, porque ele realmente manda um recado para o eleitor mais moderado de que ele não é um extremista que vai rasgar dinheiro. Não creio que o Alckmin será vice do Lula. Mas ele se mostra para o eleitor mais à esquerda que ele negocia, também, que ele dialoga. Os dois ganham”, disse.

Eduardo Grin, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), acha que a citação de Alckmin por Lula “é um pacto de não agressão, na medida que Alckmin deve ir para o PSD”. E acrescenta: “O Rodrigo Pacheco está lá e Lula teria dele como vice. O senador seria um candidato muito importante para Lula porque, mais uma vez, teria um vice de Minas, como foi José Alencar, um candidato moderado que sinalizaria que Lula está, em 2022, em uma versão similar a de 20 anos atrás”.

Compatibilidade

No caso de Bolsonaro, já ficou constatado que o vice-presidente Hamilton Mourão nem sempre rezou pela cartilha do presidente. Em vários momentos entrou em rota de colisão e, por causa desse

não-alinhamento automático, ficaram sem se falar algumas vezes.

Dai porque, conforme informações de bastidores do governo, a tendência é que Bolsonaro procure alguém de perfil discreto. O presidente, aliás, já deu uma ideia do perfil que deseja para a composição da chapa à reeleição — “um cara que não tenha ambição pela cadeira (presidencial)”. Aliás, o chefe do Executivo chegou a dizer que a escolha de Mourão foi feita a “toque de caixa”, uma forma de menosprezá-lo em função das divergências entre eles.

Bolsonaro, porém, faz movimentos lentos para 2022, apesar de estar bem perto do PL. Dos nomes que se comentam para a hipótese de compor a chapa da reeleição, o do ministro-chefe da Casa Civil Ciro Nogueira é o que desponta. Já

Nem sempre passageiros do poder

» Os vice-presidentes têm um papel inusitado na vida política do país. Entraram em cena num momento de profunda crise institucional, seja por renúncia, impeachment, doença ou divergência na condução política.

» Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciava à Presidência, num mal explicado evento que muitos historiadores consideram a antessala de um fracassado golpe de Estado. Seu vice, João Goulart, assumiu o comando da Nação depois de um período agitação e no qual até mesmo um parlamentarismo de ocasião foi adotado para tirar-lhe parte dos poderes. Depois de um período de turbulência, Jango foi tirado da Presidência no primeiro ato de uma ditadura de 24 anos.

» Em 31 de agosto 1969, o segundo presidente do regime militar, general Artur da Costa e Silva, foi considerado incapaz de continuar dirigindo o país por causa de um derrame cerebral. Pela lógica, assumiria o advogado e professor Pedro Aleixo, que levaria o governo pelo tempo que restava. Porém, foi impedido de fazê-lo por ser civil e por, entre outras coisas, ter-se posicionado contrariamente ao Ato Institucional nº 5. Tomou o comando do país a chamada Junta Governativa Provisória, formada pelo almirante Augusto Rademaker, o general Aurélio de Lira Tavares e o brigadeiro Márcio de Sousa Melo.

» No governo de João Baptista Figueiredo, seu vice, Aureliano

Chaves, foi uma pedra no sapato. Ao ver Paulo Maluf ser ungido o candidato do PDS para as eleições indiretas — Aureliano e Mario Andreazza submeteram seus nomes aos convencionais do partido governista — contra Tancredo Neves, ele deixou a legenda e juntou-se a outros ex-apoiadores do último general da ditadura no projeto da criação do Partido da Frente Liberal. A partir daí, Aureliano romperia com Figueiredo e apoiaria Tancredo abertamente.

» Com a morte de Tancredo, José Sarney assume a Presidência. Entrara na chapa do colégio eleitoral para galvanizar o apoio da Frente Liberal contra Maluf e acelerar o desgaste do governo Figueiredo. Ficou os cinco anos para os quais o político mineiro foi eleito.

» Em 1992, Itamar Franco tornou-se presidente depois do impeachment de Fernando Collor, tirado do poder por causa de denúncias de corrupção. No seu governo, depois de um longo período de vários equívocos na condução da economia, conseguiu estabilizar a inflação e lançou as bases para uma moeda forte e estável — o real.

» Já Michel Temer também chegaria à Presidência por meio de um impeachment e depois de um período de forte turbulência na economia, no segundo governo de Dilma Rousseff — no qual o país mergulhou numa profunda recessão. A ex-presidente respondeu a um processo por crime de responsabilidade em função das chamadas “pedaladas fiscais”.

esteve na lista de apostas até mesmo o da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, porém, um general alinhado com o presidente é hipótese que também é considerada.

Na terceira via, se são poucos os candidatos declarados — até agora apenas o ex-juiz Sergio Moro (Podemos) explicitou o desejo de disputar o Planalto —, um nome desponta como um vice capaz de agregar apoios: o do ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta. Ele viria com o peso de um partido, o União Brasil — nascido da fusão do DEM com o PSL —, que tem dinheiro em caixa e tempo de tevê. Moro, por sinal, sinalizou que gosta da ideia de, eventualmente, ter o ex-colega de governo Bolsonaro numa chapa capaz de tirar votos suficientes para frustrar a reeleição do presidente.

» PSol vai à PGR contra Lira e Ramos

O deputado federal Ivan Valente (PSol-SP) protocolou, na Procuradoria-Geral da República, uma representação contra o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, general Luiz Eduardo Ramos. Os dois foram acusados pelo deputado Delegado Waldir (PSL-GO) de comandar um suposto esquema de compra de votos para obterem a aprovação de propostas de interesse do Palácio do Planalto. O caso foi revelado pelo site *The Intercept*.



ROBERTO BRANT

“Que ninguém se iluda: votar contra a política é votar contra a vida democrática. Que cada um tenha isso claro na consciência”

Governos contra a política

A política brasileira sempre teve suas extravagâncias e nenhuma delas levou a um bom desfecho. Sempre que a ordem normal das coisas prevaleceu, os resultados foram melhores. Para as pessoas da minha geração, a primeira anomalia ocorreu quando a UDN, partido das elites e dos bacharéis, cansada de perder eleições, tomou emprestado um aventureiro de um partido desconhecido para disputar a eleição em seu nome. O personagem era Jânio Quadros e ganhou a eleição com um discurso moralista e demagógico. Sem conseguir verdadeiramente governar, renunciou seis meses

depois, precipitando o país num abismo por 24 anos.

Na primeira eleição presidencial da redemocratização, nova aventura, chamada Fernando Collor, se ofereceu aos eleitores sem memória, parodiando o discurso moralista de 1960 e prometendo combater os “marajás”, entidade indefinida, feita na medida para satisfazer a todas as formas de ressentimento. O modelo foi semelhante. Uma novidade, vinda de um partido inventado para a ocasião, chegava para acabar com a política, mesmo que a política naquela hora fosse Ulysses Guimarães,

Mário Covas, Aureliano Chaves, Leonel Brizola e até Lula. Ganhou a eleição, mas fez um governo caótico e tumultuado, que terminou com um impeachment, e o país desorganizado e em frangalhos.

Volto a esses episódios quase esquecidos para lembrar que a democracia está sempre sujeita a tais extravagâncias e que elas podem voltar a ocorrer. Os juízos políticos nas democracias de massa são quase sempre fundados em emoções de superfície e raramente na razão. Para conciliar a vontade popular com as exigências de governar sociedades complexas e cada vez mais diversas e informadas — ou mal informadas —, é necessária a mediação das instituições políticas, em especial o Parlamento e os partidos políticos. Não há caminho alternativo.

Estamos vivendo, hoje, tempos semelhantes, com a política correndo fora dos trilhos. O atual presidente se elegeu fora dos partidos e com um discurso contra a política. Uma vez eleito, descobriu que em nosso sistema constitucional governos sem maioria própria no Congresso podem pouca coisa, a não ser falar de seus planos e reclamar da falta de poder.

Governar apenas com discurso não é suficiente. Afinal, as pessoas têm problemas reais e esperam que o governo os resolva. Em busca de salvar seu partido e se associando ao presidente buscou apoio onde era possível. Acabou deixando seu partido e se associando aos políticos do Centrão, último refúgio de todos os governos em crise, a quem tanto havia criticado nos discursos

de campanha. Os temas da eleição foram para o arquivo, mas uma parte das pessoas sempre perdoa essas coisas.

Até aí, temos uma história que não é propriamente original. O inusitado é que nosso presidente, pela primeira vez na história, não está mais filiado a qualquer partido e anda à procura de uma legenda para disputar a reeleição — e, se vencer, continuar governando do mesmo modo, sem sustentação organizada no Congresso e sem nenhuma ambição de reformar a vida do país. A ideia parece ser apenas estar no poder, mesmo que para nada.

Nosso sistema constitucional funciona dentro de certas regras, que são universais na democracia. Os Poderes são separados e independentes. O Legislativo funciona com base na vontade popular represen-

tada pelos partidos políticos. Escolher um presidente cujo propósito é lutar contra o Judiciário, os partidos e os políticos, é, na verdade, ir em busca de um desgoverno, não de um governo. Ou então é sonhar para que o presidente consiga destruir ou dominar os outros Poderes. Nesse caso, estaremos simplesmente escolhendo a ditadura pelo voto, como estamos vendo em muitas partes do mundo.

As previsões da meteorologia política são inquietantes. Nessas eleições, podemos ter candidato contra a política no governo e até na oposição. Que ninguém se iluda: votar contra a política é votar contra a vida democrática. Que cada um tenha isso claro na consciência, no primeiro domingo de outubro de 2022. O preço pode ser muito alto.